



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO**

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 359/2021

Assunto: Dispõe sobre a instituição do Censo da População Indígena de Natal, e dá outras providências.

Interessado: Vereadora Brisa Bracchi

COMISSÃO TÉCNICA  
Recebido em: 15/03/21

RA

**PARECER**

**I. RELATÓRIO**

Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 359/2021, de autoria da Vereadora Brisa Bracchi, que “Dispõe sobre a instituição do Censo da População Indígena de Natal, e dá outras providências”.

A proposição foi lida em plenário em 08 de junho de 2021, sendo certificado pelo Setor Legislativo que não existe proposição tramitando na Casa que trata sobre o mesmo tema. A matéria em comento, teve sua tramitação no âmbito das Comissões Técnicas desta Casa Legislativa, iniciando seu trâmite na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em que recebeu parecer favorável pelo relator, sendo aprovada pelos demais edis daquela comissão.

Em seguida, o projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, nos termos regimentais, a presidência desta designou-me relator a fim prolatar parecer ao referido Projeto de Lei.

É o que importa relatar.

2

3

4



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO**

## **II. ANÁLISE**

A guisa de introdução evidencia-se que compete a esta comissão analisar os aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, conforme o inciso I, do artigo 63 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, que assim dispõe:

Art. 63 - A Comissão de Finanças, Orçamento, controle e Fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:

I - aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles;

Destaca-se ainda, que a análise da proposição em comento se ajusta à competência legislativa municipal, atendendo ao estabelecido na Constituição Federal, bem como na Lei Orgânica do Município de Natal, conforme apreciado pela douta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final desta Casa Legislativa.

Diante do exposto, cabe ressaltar que o presente projeto tem o objetivo de instituir um censo da população indígena no município de Natal. Isto posto, é imperioso destacar a relevância da matéria, tendo em vista a importância da contagem da população, mesmo de forma segmentada, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas das mais diversas áreas, propiciando desta forma a eficiência, eficácia e efetividade das ações do poder público.

Desta feita, no tocante estritamente aos aspectos financeiros e orçamentários, destaca-se que a despeito da existência de ônus ao erário municipal à consecução da referida atividade pelo Poder Público, a proposição apresenta um dispositivo que estabelece que a primeira contagem deverá ser realizada no ano seguinte a promulgação

1

2



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO**

da Lei, sendo certo concluir que inexistente eventual potencial de desequilíbrio orçamentário ao município.

**III. VOTO**

Nestes termos, no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emito parecer pela **APROVAÇÃO TOTAL** do presente Projeto de Lei.

Natal, 01 de setembro de 2021.

**ROBSON CARVALHO**  
Vereador

